



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

Sessão realizada na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Sines.

Presenças dos membros da Assembleia Municipal:

- Presidente – José Luís Martins Batalha (PS)
- 1º Secretário – Fernando Miguel Ramos (PS)
- 2ª Secretária – Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo (PS)
- José Arcanjo Ferreira da Costa (SIM)
 - Eduardo Luís Contreiras Pires (SIM)
 - Helena Margarida Rodrigues Correia Sales (SIM)
 - Carlos Alberto Guerreiro Murta (SIM)
 - Nuno Miguel Nogueira do Ó Pereira (SIM)
 - Mara Luzia Santos Girante Saramago (SIM)
 - António Girão Meco (SIM)
 - Filipe Manuel Cardoso Rodrigues (SIM) substituído por João Henriques Pereira Nascimento Romão
 - Ana Eugénia Santa Barbara Ramos (SIM)
 - Carlos Alberto da Silva (PS)
 - João Miguel Telo Raposo (PS) (Substituído por Carlos Rio Salvado)r
 - Cátia Sofia Silva Salgado (PS)
 - Miguel Paulo Ferreira Ribeiro (PS)
 - José Eduardo Félix da Costa (CDU)
 - Carlos Alberto do Carmo da Costa Espadinha (CDU) (substituído por João Manuel Damas)
 - Josefina Maria Andrade Espadinha (CDU)
 - Francisco Pereira Venturinha (PSD)
 - Maria José Rocha Faria Palmeira (BE)
 - José da Silva Raposo (SIM) – Presidente Junta Freguesia Sines
 - Luís Manuel Gil (PS) – Presidente Junta Freguesia de Porto Covo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N.º 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

Presenças da Câmara Municipal:

Presidente	–	Manuel Coelho Carvalho (SIM)
Vereadora	–	Marisa Filipa Santos Rodrigues dos Santos (SIM)
Vereadora	–	Carmen Isabel Amador Francisco (SIM)
Vereador	–	António Nogueira de Almeida (SIM)
Vereador	–	Idalino Sabido José (PS)
Vereador	–	Nuno José Gonçalves Mascarenhas (PS)
Vereador	–	Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco (CDU)

Abriu a sessão pelas 21h05 o Presidente da Assembleia que desejou boa noite a todos os presentes agradecendo à população a sua presença nesta sessão da Assembleia Municipal. Informou de seguida sobre a ordem de trabalhos para esta sessão de acordo com o edital n.º 01A/2010.

Foi verificada pela Sra. 2ª secretária a presença dos deputados e vereadores presentes.

Período intervenção do público

Foram registadas as inscrições e intervenções dos cidadãos que entenderam intervir, como a seguir se transcreve.

Iniciou o **Sr. Manuel Lança** referindo que normalmente venho trazer a esta Assembleia coisas do quotidiano da nossa cidade. Tenho pena que às vezes sejam tão pouco faladas na Assembleia mas os Srs. Deputados tem atenção a outras coisas, mas o que é certo é que há coisas demasiado importantes que se passam da nossa cidade e que não vejo serem discutidas aqui. Alguém do público vem aqui coloca as questões e nem sequer vejo algum interesse no sentido de os Srs. Deputados aprofundarem essas questões. Sinto-me triste com essa situação porque já fui Vereador e membro da Assembleia uma quantidade de anos e cada vez que aqui vinha como membro da Assembleia levantava as questões. Não que os Sr. Deputados andem todos com falta de atenção, isso não pode ser e não acredito nisso e certamente irão dar se calhar dar algum contributo, para que as coisas tenham outro sentido. Antigamente havia uma maioria e essa maioria nunca fazia perguntas à maioria que estava na Câmara. Agora não à aqui maioria mas comportam-se como no passado pelo que, parece-me haver aqui uma falha em termos de democracia. Se os Srs. deputados não o fazem faço eu o meu papel de munícipe.

O Sr. Presidente da Assembleia, interrompe a intervenção do munícipe Manuel Lança, pede desculpa por o interromper e refere que à aqui um pormenor para o qual lhe deve chamar a atenção O munícipe deve fazer a sua intervenção no sentido que entender mas que deve abster-se de comentar os comportamentos dos nossos deputados municipais porque o comportamentos dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

deputados municipais é avaliado sempre que há eleições, portanto não lhe fica bem-fazer essa avaliação nesta assembleia.

O Sr. Manuel Lança continuou dizendo que não está a ofender ninguém só estou a fazer uma chamada de atenção porque de facto à uma situação que eu verifico e tenho a certeza absoluta que os Srs. Deputados aqui sentados estão tão interessados quanto eu e o Sr. Presidente em resolver os problemas da terra, mas que agora não se tem verificado isso. É uma constatação que alguns assuntos que não são discutidos aqui e tenho pena que não o sejam, portanto eu vou colocar aqui as questões e não gostaria de ser mal interpretado.

Há coisas nesta terra que se fazem bem e muitas vezes não se falam delas e tem que se elogiar aqui. Fui visitar a nova exposição no museu, não sei se toda a gente que aqui está lá foi e se não foram vão porque é uma maravilha isto tem que ser enaltecido.

Mas depois há coisas más. Temos verificado que a nossa cidade tem sido fruto das intempéries e de algum desleixo da parte dos serviços da Câmara, porque é assim mesmo que as coisas têm que ser ditas. Há muito buracos, quer dizer havia, antes da intempérie e depois da intempérie, enfim é aquilo que se vê, sendo o caso mais gritante a estrada de Porto Covo. Já sei que vai para obras em Setembro de 2010 de acordo com a informação do Sr. Presidente da Câmara deu anteriormente e eu creio que seja verdade para bem de todos nós. De facto Sines é hoje de uma ponta à outra do Concelho talvez o Concelho com as estradas municipais piores e mais mal tratadas, mais mal sinalizadas, e mais mal conservadas da zona. Basta andarmos nelas e chegamos a essa conclusão.

Em segundo lugar quero chamar a atenção que muitas vezes telefono ao fiscal da Câmara que é deputado municipal (Eduardo Pires) e digo, na brincadeira que daqui fala o fiscal não remunerado a informá-lo de situações que encontro na nossa cidade. Vou dar este exemplo: junto ao largo Afonso de Albuquerque antiga rodoviária junto ao bazar chinês, havia um buraco e estive mais de duas semanas sem sinalização nenhuma. No dia em que chamei a atenção foi vedado. Como é que nestas duas semanas ninguém deu atenção aquilo? Parece-me que à qualquer coisa dos serviços da Câmara que funciona mal e que não se compreende.

Por detrás do estacionamento da Câmara é normal ver-se camiões bastantes grandes o que não faz qualquer de sentido num estacionamento destes estacionarem camiões daqueles. Também não faz sentido nenhum do lado direito junto às palmeiras estarem ali carros com a caixa de fora que ocupam lugar de dois carros. Ainda ontem ia havendo ali um acidente, ninguém liga, mas isto acontece diariamente.

Outra coisa que me preocupa bastante é a velocidade a que se anda dentro de Sines. Eu digo ao Sr. Presidente da Câmara que já era tempo de tanto na avenida da Praia como na Avenida General Humberto Delgado se arranjasse uma solução para acabar com esta situação.

Na Zil 2 parece-me que há ruas que estão esquecidas, estão tipo a estrada de Porto Covo. Há lá duas ruas que é uma desgraça e dizem que já não fazem queixas à Câmara porque não vale a pena, não resolvem nada.

Por último trago aqui uma carta dum comerciante que sou eu, com a solicitação da Câmara para um pagamento de publicidade em azulejo. O Sr. Presidente da Câmara foi sensível e assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

também, a uma coisa que se chama apoio aos pequenos comerciantes porque me pedem para pagar quarenta e sete euros por um painel em azulejo que está à frente da lavandaria o qual tive o cuidado de mandar fazer em azulejo pintado a um artista de Sines. Em Santiago do Cacém este pagamento o ano passado foi reduzido em 50% não sei ainda se este ano se está em 50% ou foi abolido como forma de apoio aos pequenos comerciantes mas aqui não, aqui é a taxa máxima. Está aqui para pagar e vou pagar mas gostaria que Sr. Presidente da Câmara e a assembleia dissesse alguma coisa relativamente ao facto de não haver estes pequenos apoios aos comerciantes.

Falou de seguida o **Sr. Filipe da Conceição** dizendo que tem um problema à vários anos para ser resolvido, mas cada vez está pior e cada vez tem mais dificuldade. Tenho uma habitação na Quinta dos Passarinhos e a minha garagem dá para o bairro 25 de Abril. Aquilo está cada vez pior, tem entrado água em casa e na garagem e ninguém faz nada por aquilo. O acesso está cheio de buracos e estou farto de chamar atenção que qualquer dia dá-se um acidente. Ontem ia sendo comigo porque os tipos das moto 4 como existem muitos buracos passam junto á minha garagem não enfiaram comigo mas faltou pouco. Passei o Verão e o Inverno todo com erva até às janelas pois os empregados da Câmara foram lá cortaram as ervas e ficou lá os montes da erva encostados à parede, aquilo não está limpo e a parede está toda suja e tenho que pagar para a pintar. Trouxe as fotos para mostrar como passei o Inverno. Nós, os moradores fizemos um abaixo-assinado que entregámos à Câmara e obtivemos como resposta que o problema era responsabilidade do empreiteiro. Já passaram dois anos e quero saber se à intenção de fazer alguma coisa pois vivo ali a vinte e oito anos e não dão solução.

Foi de seguida cedida a palavra ao **Sr. António Rui Pimenta** refere que veio aqui esta noite para expor um assunto muito grave. Em Dezembro vim denunciar a esta assembleia, um caso de poluição marítima que vem da ETAL que é da APS e entreguei dez fotografias à Sr. Vereadora Carmem Francisco, e também à assembleia municipal. Estou aqui para que me digam o que foi feito em três meses pois estou a tentar evitar de enviar para a SIC essas fotografias para serem publicadas. Em Sines fala-se muito no combate à poluição, toda a gente com responsabilidade fala nisso, mas o que é certo é que se continua a descarregar poluentes para a bacia do cabo de Sines e toda a gente acha isto natural.

Há pouco tempo vi na televisão os pombais e a fonte velha e não gostei do estado em que estavam. Não queria mandar também esta situação para a televisão mas se não houver uma resposta concreta desta Assembleia e da Câmara fiquem sabendo que vai parar à televisão acompanhada de uma carta da denúncia que fiz à Assembleia e à Câmara Municipal. Eu quero uma resposta.

Falou de seguida o **Sr. Sousa Martins** dizendo que está aqui por duas razões. Uma delas è o tema das acessibilidades, nomeadamente da ferrovia e eu estou interessado em saber como e quando isto vai acontecer; a outra é sobre quatro viaturas que estão estacionadas, algumas delas há mais de cinco anos em fila na via pública na Rua Poeta António Aleixo, em frente aos estabelecimentos e muito próximo da GNR. Já falei pessoalmente com o comandante do Posto que disse que as viaturas estavam ali à guarda deles por ordem do Tribunal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

Tendo terminado a intervenção do público foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que respondesse aos munícipes.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a intervenção dos munícipes para além de estar prevista no regimento é uma boa prática e pode contribuir para o enriquecimento da prática democrática. Por princípio eu aprecio e procurarei responder da melhor forma que puder mas não vou comentar aqui a apreciação do Sr. Manuel Lança sobre o comportamento dos Srs. Deputados. Indo às questões essenciais há ruas em mau estado e isso é prejudicial para as pessoas que circulam com viaturas, é mau para a imagem da cidade e para mim é um incómodo mas como sabem foi um dos invernos mais duros que tivemos de termos de pluviosidade intensa e prolongada.

Os serviços da Câmara fizeram uma tentativa de primeira reparação mas durou pouco tempo a paragem da chuva que voltou, mas agora estão de novo na rua e amanhã e aos fim-de-semana irão fazer as reparações com a máxima rapidez. Estivemos também em Porto Covo e após esta reparação está prevista uma intervenção mais profunda antes do Verão nas ruas de Sines, por empreitada.

Não é bom os responsáveis pedirem desculpas mas deve-se pedir alguma compreensão pelo que está a acontecer.

Relativamente à velocidade é um problema que temos e já houve um projecto para por uma lombada. Na altura discutiu-se se seria a solução melhor, não se colocou mas devia ter sido.

Para a avenida da Praia estamos a fazer um projecto de intervenção de fundo, aquilo não é bem uma avenida, parece uma auto-estrada e como sabem antigamente era da APS. A avenida precisa de facto de uma intervenção de fundo para a transformar numa via de características de cunho urbano e minimização de transportes rodoviários e deve ser apropriada ao máximo pelos peões, pelas pessoas e não deve ser do domínio quase exclusivo ou dominante dos automobilistas que dão largas à velocidade. Aconteceu um acidente trágico há muitos anos com o jovem David e felizmente não tem havido outros acidentes, mas vamos transformar aquela via numa outra coisa mais apropriada à Cidade.

Na ZIL 2 fizemos uma intervenção de grande vulto e vamos voltar a intervir a curto prazo. Agora é preciso meios para isso porque tapar buracos é fácil mas para fazer uma intervenção de fundo é preciso algum dinheiro mas iremos tratar disso provavelmente no próximo ano.

De seguida **o Sr. Presidente da Câmara** referiu-se à intervenção do munícipe Sr. Filipe dizendo que ele tinha estado em reunião de Câmara e lhe foi dito que eu iria lá com o Sr. Vereador para ver o problema daquelas casas que tem soleiras muito baixas. Essa questão tem vinte e oito anos e na altura não se cuidou de fazer os arruamentos atrás das garagens. Desde que estou na Câmara se está a analisar fazer uma intervenção de fundo, com uma boa drenagem de águas fluviais mas tem que ser feito um colector entre a rua e o bairro 25 de Abril e depois fazer uma pavimentação de modo que se acabe com aquela estrada de terra batida e se resolva definitivamente a situação.

O que disse ao Sr. Filipe várias vezes e repito è que aquela obra está abrangida pelo loteamento que se vai começar brevemente e está cometida a sua realização a um empreiteiro por vias das obras que fizemos no bairro 25 de Abril. Todos aqueles arruamentos têm que ser feitos mas estamos pendurados num processo de realização de um programa de habitação de custos controlados que já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

devia estar feito mas as coisas não correm como nós desejamos e só foi possível fazer o ano passado um entendimento com o promotor para se fazer aquela obra que eu espero esteja pronta dentro de alguns meses e a questão ficar resolvida radical e definitivamente.

Em relação à intervenção do Sr. António Rui Pimenta eu também considero que se deva evitar as televisões. São questões de devem merecer a preocupação dos munícipes e da Autarquia e estamos a tratar com as entidades com responsabilidade. Tive oportunidade de relatar o que se passou aqui na assembleia à Sra. Presidente da Administradora do Porto de Sines e concordámos que essa situação deve ser resolvida o mais rápido possível.

Eu creio que uma parte dos cheiros vem da zona do Porto e concretamente da chamada ETAL e já transmiti a minha posição há muito tempo aos responsáveis.

A questão que estamos a tratar em Sines do estudo e da gestão do Ambiente passa também por analisar todas fontes de poluição nomeadamente aquela. Essas coisas tem que ser todas tratadas e resolvidas para que Sines seja uma Cidade se possível sem poluição ou com um mínimo de poluição.

Em relação à intervenção do Sr. Sousa Martins, sobre as viaturas abandonadas é uma coisa extremamente incómodo e absurda e a Câmara oficiou o Tribunal há mais de um ano para que autoriza-se a Câmara a tirar de lá as viaturas. Isto é uma vergonha, o tribunal não respondeu e cheguei a dizer aos serviços que assumíamos tirar de lá as viaturas. Disse-o ao Comandante da GNR e este respondeu que mandava deter quem estivesse a praticar esse acto porque as viaturas estão à sua responsabilidade. Espero que o tribunal autorize a Câmara a tirar de lá os carros e colocá-los noutra sítio até a situação estar resolvida.

A questão da ferrovia tem dado muito que falar nomeadamente na comunicação Social, como todos sabem estava um estudo feito e avançado para execução de um troço de ferrovia entre Sines e Grândola Norte. Esse estudo foi apresentado publicamente há cerca de dois anos na Administração do Porto de Sines e ninguém o contestou. Todos nós achamos que era bom finalmente ir haver uma ligação ferroviária ao terminal portuário e ao pólo de Sines.

Na pré-campanha eleitoral houve intervenções de alguns autarcas que eram contrários a essa solução e á relativamente pouco tempo o Sr. Secretário de Estado anulou aquela hipótese. Eu já tomei posição pública na comunicação social sobre isso manifestando o meu desapontamento pela decisão e pela não apresentação de alternativas pois isto não é uma questão somente de Sines mas é uma questão de âmbito nacional.

Solicitei uma reunião ao Sr. Secretário de Estado que foi marcada para hoje tendo convidado o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Vereador Idalino José. Fomos ao Sr. Secretário de Estado onde apresentei o meu ponto de vista dizendo que não compreendia esta decisão, tendo o Sr. Secretário de Estado evocado fundamentos económicos, que estávamos numa situação complexa e que pretendia fazer uma intervenção na actual via no sentido de melhorar este troço de Sines até Ermidas. Garantiu-nos que o Governo tem como prioridade o Porto de Sines e não quer que este seja afectado. Eu manifestei as minhas dúvidas sobre isso porque este traçado Sines-Ermidas têm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

duas coisas praticamente incontornáveis: uma é a pendente da via e a outra é que depois esse troço de Ermidas-Grândola coincide com a via do sul pelo que tem que haver forçosamente obras para evitar a conflitualidade entre a circulação de mercadorias e de passageiros bem como a saturação da via.

Disse-lhe para finalizar que a minha convicção é que este traçado Sines-Grândola Norte é o que serve melhor o Porto de Sines e que gostava de saber no final das obras e do investimento qual é diferencial entre uma coisa e outra em termos de custos. Decerto que apesar das questões invocadas por outros presidentes de Câmara, nomeadamente Santiago e Grândola a questão aqui é o montante a investir.

Costuma-se dizer que a política é a arte do possível embora eu não goste deste termo deve ser a forma de resolver os problemas com a máxima eficiência não só tendo em conta o presente mas olhando para o futuro porque estes investimentos são estratégicos, deve-se avaliar a importância das obras e as prioridades e nesse caso Sines deve ser entendido como a prioridade das prioridades nacionais. Já falei com a PSA, Arternius, Repsol, Petrogal, EDP e Administração do Porto de Sines, e disse ao Sr. Secretário de Estado, para que não restem dúvidas, que a posição da Sra. Presidente do Porto é condicente com aquela que lhe apresentei. O Sr. Secretário de Estado respondeu que conhece perfeitamente a posição da APS e deu-nos a garantia que vai trabalhar no Governo para a solução do problema.

Foi então cedida a palavra pelo **Sr. Presidente da Câmara à Sra. Vereadora Cármen Francisco** que referindo-se à intervenção do munícipe Sr. Manuel Lança o informou que de acordo com o Regulamento de Taxas que vamos apreciar nesta Sessão da Assembleia o que tem nos azulejos é a identificação do estabelecimento não publicidade. Passa a estar isenta de taxas a mera designação do estabelecimento.

Continuou referindo que relativamente á questão da ETAL, o Presidente já referiu, é uma preocupação e já tinha falado com a Sra. Presidente da APS. Neste momento a APS já não gere directamente a ETAL pois foi concessionada à GALP mas não chegou à Câmara informação oficial desse facto. Encaminhamos a queixa do munícipe para a Administração do Região Hidrográfica do Alentejo que é entidade responsável e já falamos com eles sobre o assunto. Conhecendo eu a Dra. Paula Sarmento que é a Presidente de IRH creio que eles estão a fazer o trabalho que lhe compete que é verificar as condições de funcionamento daquela ETAL a qual porque está numa área portuária não era sujeita a licenciamento e não tem qualquer licença de descarga ao contrario daquilo que acontece com outras ETAR.

Foi cedida novamente a palavra ao Sr. António Rui Pimenta que disse não ficar muito satisfeito mas sabe também que isso ultrapassa a própria Câmara, acho que este assunto é demasiado grave e que a Câmara no colectivo devia tomar uma posição, não só a Sra. Vereadora mas também a Assembleia Municipal, porque senão vão passar-se mais anos e vamos continuar a ver a poluição no cabo de Sines. Disse ainda que para acompanhar o assunto a Câmara mande periodicamente um fiscal àquela zona.

Sr. Presidente da Assembleia, esclareceu que a entidade exploradora de instalação é a CLT uma empresa do grupo da GALP Energia e teve uma abordagem deferente ou seja foi falar com as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

pessoas que conhecem o sistema. Como você diz e bem não há sempre descargas para o mar. Tem um reservatório na zona onde eles vão fazendo o armazenamento mas segundo a informação a água de facto cheira mal por estar armazenada muito tempo antes de ser lançada para o mar mas são águas decantadas e não tem óleos nem resíduos. No entanto enquanto não conseguimos fazer uma análise da água que sai de lá para confirmar se é verdade ou não pode ser complicado fazer alguma coisa.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que entretanto falou com a GALP e eles já estão a tratar da situação e não vai levar anos como o Sr. António Rui disse até ser encaminhada directamente para a ETAR.

Pedi a palavra o **Sr. Manuel Lança** dizendo que se esta Assembleia tivesse sido realizada em Fevereiro provavelmente o regulamento que me faz pagar a taxa pela existência dos azulejos com o nome do estabelecimento já estaria ultrapassado pelo que vou fazer um requerimento à Sra. Vereadora para a anulação do pagamento da taxa.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia, refere que no seguimento do que disse o Sr. Presidente o que foi dito na reunião de hoje pelo Sr. Secretário de Estado dos Transportes foi que continua nas prioridades do Governo a realização da via-férrea que é fundamental para a aposta que o governo está a fazer no desenvolvimento portuário sendo esta uma infra-estrutura muito importante e não vai parar.

Em segundo lugar estão a estudar o traçado da linha que passa por Ermidas porque tem algumas condicionantes técnicas pelo que pediram à REFER para analisar se são ultrapassáveis ou não e depois irão informar o Município de Sines e os outros das conclusões desse estudo. Tal como o Sr. Presidente falou irão fazer um estudo económico para ver se a solução por Ermidas é mais vantajoso que a proposta que estava inicialmente em cima da mesa que era a outra Grândola-Norte. Falou nas contingências financeiras pois a situação do país não é melhor e é preciso avaliar bem como se investe o dinheiro. Falou também que não basta queremos fazer a via para levar os comboios até à Espanha, é preciso que do lado de lá os espanhóis também queiram que se leve as mercadorias e isso passa pela reformulação das vias pelo que há uma comissão que está a estudar com os espanhóis, inclusive tem sido feito algumas diligências junto do Governo Espanhol no sentido da adaptação e das condições da linha para Madrid para que seja exequível o comboio sair de Sines, com as mercadorias e chegar a Madrid.

Foi cedida de seguida a palavra ao **Sr. Deputado Carlos Silva** que comentou que quando estava em funções autárquicas já tinha ouvido várias vezes o munícipe Manuel Lança, por quem todos temos uma grande consideração, fazer afirmações do tipo das que fez aos deputados. Eu subscrevo a posição do Presidente da Assembleia que lhe foi transmitida e acho que faz muito bem vir aqui expor aqueles pontos pois água mole em pedra dura tanto dá até que fura. Certamente alguns deputados que não acham bem que ele faça as declarações, não deixaram de reflectir sobre aquilo que disse e eventualmente também passem a ter intervenções nessas matérias.

Da parte do grupo Partido Socialista é isto que passaremos a fazer porque entendemos que não basta estar aqui a discutir a ordem de trabalhos que em regra é indicada pela Câmara Municipal para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

discussão dos deputados, É preciso também trazer aqui os assuntos do quotidiano dos cidadãos, da nossa Cidade e do nosso Concelho.

Relativamente à questão que queria colocar tem que ver com a estrada de Porto Covo. A nossa preocupação não deve ser maior que a do executivo e na verdade devemos pensar que temos agido mal relativamente à aquela estrada. O Sr. Manuel Lança já sabe quando é que a obra começa e queria hoje ouvir aqui quando é que verdadeiramente a obra irá começar e haver essa garantia para os deputados desta assembleia. Aquilo é uma estrada que faz uma falta enorme não apenas a Sines mas também à região e realmente nós ficamos mal quando referem a passagem por Sines a caminho para outros sítios.

Era importantíssimo que tivéssemos agido mais rapidamente, nomeadamente quanto ao planeamento de execução daquela obra, se tivéssemos tratado os aspectos processuais nomeadamente das expropriações, já que à tantos anos que andamos a prometer que a estrada se faria já houve tempo para ter tudo preparado e se houvesse dinheiro para poder arrancar.

A Sra. Deputada Cátia Salgado mencionou querer colocar duas questões relativas aos contentores do lixo e papeleiras. Refere um item do plano plurianual para 2010 que está prevista a aquisição de contentores e papeleiras no valor de duzentos e trinta e quatro mil euros. Gostava de saber o que está previsto em relação aos ecopontos e qual é a solução para os que ainda estão fora do subsolo.

A outra questão é em relação às passadeiras havendo muitas que estão mal identificadas. Gostaria de saber o que está previsto a curto prazo para as passadeiras em falta. Em particular queria questionar o executivo em relação a uma passadeira que não existe do BCP para a pastelaria Oliveira que é um local onde passam muitos peões e muitos pais com crianças nos carrinhos e pela mão para as levar ao Infantário na Ancorope e não há passadeira. Quero saber se é intencional ou um lapso.

Foi de seguida cedida a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que começou respondendo à intervenção do Sr. deputado Carlos Silva dizendo que já lhe custa falar da estrada de Porto Covo. É um embaraço, para não dizer outra coisa. Como sabem a Câmara fez intervenções de vulto em toda ela com diversas repavimentações e constatou que não resultava porque é uma estrada para passar veículos abaixo de 5,5 toneladas e passam lá, sistematicamente, veículos de 40 toneladas que especialmente de inverno nas ultrapassagens destroem o pavimento. Resolvemos à cerca de dois anos ir para uma solução de estrada diferente com um perfil de oito metros de largura e uma base resistente para todo o tipo de viaturas. Fizemos a candidatura que foi aprovada e temos cerca de três milhões de euros para investir naquela estrada mas a candidatura não cobre todos os custos previstos.

A Câmara fez o projecto e entretanto ia lançar a concurso, mas havia a questão da negociação com os proprietários por via do alargamento e isso atrasou cerca de três, quatro meses. Contactámos quase todos, são á volta de trinta e resolvemos já o problema com mais de vinte. Com os que não responderam recorreremos a um expediente que é o Edital para que passado o prazo os que não responderam procedemos à expropriação. A nossa previsão realista é lançar o concurso este mês e mesmo que tivéssemos o concurso lançado tínhamos assumido que não íamos lançar esta obra na época balnear isto é em Junho que é era um erro e até lá vamos fazer uma reparação tapar os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

buracos e melhorar na medida do possível o piso. Está previsto começar esta obra no início de Setembro e fazer o troço desde Morgavel até a Herdade da Parreira. Depois fazer a reparação daí até Porto Covo e creio que toda a estrada esteja feita num horizonte de ano e meio ou dois anos. Já tenho receio de falar em datas e depois falhar, mas uma coisa é certa: temos a candidatura aprovada temos o projecto feito e vamos lançar este concurso deste troço que é o mais urgente e importante e a execução dessa obra é uma coisa de seis meses pelo que daqui a um ano deve estar pronta.

O Governo decidiu fazer um reforço de verbas, já recebemos essa informação, para as escolas, para a regeneração urbana, passar a percentagem de 70% para 80%, o que é muito bom porque a nível nacional se estava a constatar que não havia obras executadas e o QREN, estava a correr riscos.

A Escola de Vasco da Gama está escandalosamente atrasada por causa do projecto e vamos ver se resolvemos o problema com a empresa projectista que dura desde Setembro. A de Porto Covo ainda não tem o projecto porque essa foi uma das tardias, isto é, disseram-nos que fizéssemos a candidatura que havia hipótese e nós fizemos a candidatura.

Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Cátia Salgado devo esclarecer que vamos brevemente fazer um concurso para enterrar mais contentores. Creio que Sines é a Cidade do Litoral que tem mais contentores enterrados o que é uma medida excelente na minha perspectiva para a higiene e asseio da Cidade. Há alguns pontos críticos que me incomodam como a rua António Aleixo que nos extremos tem aquela bateria de contentores mas os serviços devido às infraestruturas enterradas tem dificuldade em arranjar condições para enterrar os novos contentores. Temos que estudar a colocação de contentores enterrados noutras partes da Cidade e creio que neste mandato ficarão todos os contentores enterrados não só em Sines mas também já são uma realidade em Porto Covo.

No que se refere às passadeiras que é também uma coisa que me incomoda particularmente nós já decidimos que ou fazemos uma empreitada ou compramos uma máquina para marcar as passadeiras para se fazer o mais rápido possível.

O Sr. Vereador António Nogueira disse que em relação aos contentores vai ser aberto concurso e no que respeita aos ecopontos já foi pedido o reforço pois a sua instalação é uma responsabilidade da Ambilital.

Em relação às passadeiras também ainda não começamos porque o mau tempo não permite pintar e como o Sr. Presidente disse vai fazer-se um concurso para comprar uma máquina com as características necessárias para pintar as passadeiras. Acerca da passadeira que a Sra. deputada Cátia Salgado falou nós recuámos as passadeiras que estavam em cima da rotunda e na Rua João Soares por questões de segurança.

Foi então cedida a palavra ao **Sr. Deputado Luís Gil** que disse já ter algum receio de falar sobre o estado da estrada de Porto Covo. Há dias falei à comunicação Social sobre o incomodo que ela trás a Porto Covo e não quero acreditar que, como disse alguém que está nesta sala que é piada de Carnaval. Estou preocupado com os acessos a Porto Covo, as pessoas estão preocupadas com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

estrada de Porto Covo e não se deve esquecer que as ruas de Porto Covo estão também más tal como as estradas de acesso.

Vou falar também de uma coisa que me constrange um pouco e sou obrigado a falar porque sou membro da Assembleia Distrital por inerência do cargo aqui na Assembleia. Fui confrontado na segunda reunião com um pedido do Sr. Presidente da Assembleia Distrital que incentivou os elementos que representavam o Município de Sines para fazer um apelo junto do executivo da Câmara para que fosse pago o que está em dívida dizendo ainda que se não for pago terão que meter a Câmara em tribunal. Fiquei bastante incomodado porque foi dito em frente dos deputados distritais que representam todas câmaras do Distrito.

O Sr. Presidente da Câmara interrompe e diz que isso é uma questão que devia ser apresentada ao Presidente da Câmara, isso é uma questão da Câmara e não da Assembleia.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia dizendo ao Sr. Presidente da Câmara que os deputados à Assembleia Distrital de Setúbal são nomeados pela Assembleia Municipal de Sines e que como Presidente da Assembleia Municipal também me senti muito incomodado com o facto referido pelo Sr. Deputado Luís Gil. O Sr. Presidente da Câmara não esteve presente, mas coloque-se no nosso lugar e pense o que sentimos. Há várias Câmaras do Litoral Alentejano, principalmente Sines, Santiago do Cacém, e Alcácer do Sal que devem muito dinheiro á Associação Distrital de Setúbal, mas o que está em causa é o que deve a nossa Câmara. Foi-nos dito ainda que “lá por as vossas Câmaras estarem a dever não se inibam de vir às Assembleias pois estão em representação do vosso Município”. Esta foi a conversa e tenho que comunicar este facto à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal até para termos uma resposta.

Ordem de Trabalhos

1 - Moção da Assembleia Municipal de Sines relativa à linha Ferroviária Sines-Elvas

O Sr. Presidente da Assembleia disse crer que todos receberam a moção que foi feita de acordo com o definido na Reunião da Comissão Permanente. Quero propor que esta moção seja retirada da ordem de trabalhos porque pelas razões que foram apresentadas anteriormente nesta Assembleia e pelas explicações que o Sr. Secretário de Estado apresentou faz pouco sentido.

Pediu então aos Srs. Deputados que se pronunciassem sobre se concordavam ou não com a retirada da moção.

Falou o Sr. deputado Ferreira Costa dizendo que achava que devemos reservar uma tomada de posição para uma próxima oportunidade, logo que tenhamos os documentos, que haja uma evolução da situação ou que nós sintamos que o Município de Sines possa de alguma forma vir ser prejudicado com este assunto.

O Sr. Deputado João Damas refere que face aos argumentos apresentados pelo Sr. Presidente da Câmara sobre esta matéria é do interesse nacional e do interesse do Concelho que tomemos uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

posição. O que se pode aqui discutir é se o traçado é à esquerda ou à direita, se à dinheiro ou não à dinheiro mas nós achamos que é do interesse do Concelho, como o teor da moção o reflecte, pelo que achamos que a Assembleia Municipal de Sines devia votar favoravelmente esta moção.

O Sr. Presidente da Assembleia refere então que uma vez que existem opiniões divergentes iria colocar à votação a retirada ou não da moção que foi em devido tempo entregue aos grupos municipais.

Colocada à votação foi aprovada por maioria a retirada da moção, com dez votos a favor do SIM, seis votos a favor do PS, um voto de abstenção do BE, um voto de abstenção do PSD e três votos contra da CDU. Dois deputados do PS estavam ausentes da sala.

O Sr. Deputado João Damas fez então a seguinte declaração de voto. A CDU entende que esta moção vai ao encontro daquilo que são as necessidades do País e do concelho e que a decisão tomada não tem em conta os legítimos interesses quer do País quer do Concelho defendendo também os interesses do PS. Por outro lado a posição do Movimento Sim teve em conta as ideias solitárias do Presidente da Câmara.

O Sr. Deputado Ferreira Costa referiu que as palavras do Sr. Deputado João Damas devem estar contagiadas pelo Orçamento de Estado pelas posições tomadas pelos diversos partidos na Assembleia da República que lhes deve ter feito muita confusão na cabeça. O Movimento Sim concorda com a posição tomada.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a posição do Presidente é em defesa do interesse de Sines e do País é isso que tem feito e continua a fazer não entra em determinados jogos e continuará a fazê-lo. Hoje foi perante o Sr. Secretário de Estado e foi na comunicação Social e continuará a defender soluções do interesse nacional e do interesse de Sines e da região e essa questão provavelmente vai ser melhor qualificada em artigos que o Presidente irá fazer para que fique claro a sua posição e fica na história porque isto ainda não parou vamos ver que defende os interesses nacionais e os interesses de Sines com consequências.

2 - Moção da Assembleia Municipal de Sines relativa ao parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses respeitante ao Orçamento do Estado para 2010.

O Sr. Presidente da Assembleia refere que esta moção foi realizada pela mesa tal como a anterior de acordo com o definido na Reunião da Comissão Permanente.

Como sabem o orçamento de estado foi votado e aprovado hoje e portanto a moção que ia no sentido de apoiar o parecer da Associação de Municípios Portugueses naquilo que se acha justo fazer na defesa dos municípios em relação ao Governo já não faz sentido.

Assim proponho a retirada da moção.

Colocada à votação foi aprovada por unanimidade a retirada da moção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

3 - Designação/nomeação de quatro cidadãos na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Sines.

O Sr. Presidente da Assembleia explica que este tema foi debatido na Comissão Permanente e foi decidido que cada um dos grupos com representação na Assembleia Municipal iria indicar um cidadão para eleição.

Existem cinco grupos municipais e todos têm já uma cópia da folha com o nome das pessoas que foram indicadas por cada uma das forças partidárias. Temos cinco pessoas para quatro lugares tendo sido falado que a última pessoa poderia ficar como suplente das outras quatro. Os Srs. deputados vão votar em quatro pessoas das cinco que estão no papel que vai ser entregue para a votação. No final somam-se os votos em cada uma das pessoas recebeu e ordena-se ficando o último da lista como suplente. Os nomes dos nomeados por cada grupo municipal foram:

O Movimento Sim propôs Nuno do Ò Pereira, o Partido Socialista propôs Ana Sofia Araújo, a CDU propôs João Manuel Damas, o PSD propôs Ângela Veiga de Almeida e o Bloco de Esquerda propôs Assunção Duque.

O Sr. Deputado Carlos Silva, referiu que tinha algumas dúvidas acerca da solução apresentada para a votação mas que tinha sido falado de facto na Comissão de líderes não tendo contestado na altura pelo que agora não iria contra.

O Sr. Deputado Ferreira da Costa referiu que concorda a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Assembleia e que cada deputado pode votar em três ou em quatro ou em nenhum e o resultado é que quem tiver mais votos é eleito.

O Sr. Presidente da Assembleia, informou que feito o apuramento o resultado è o seguinte:

- Nuno do Ò Pereira -16 votos
- Ana Sofia Araújo –22 votos
- João Manuel Damas –20 votos
- Ângela Isabel Veiga de Almeida – 22 votos
- Assunção Duque – 12 votos.

Refere que se segue por ordem Ana Sofia Araújo, Ângela de Almeida, João Manuel Damas, Nuno Ò Pereira, e por último a Assunção Duque. Iremos informar as cinco pessoas, sendo que os quatros mais votados vão integrar a comissão.

A Sra. Deputada Josefina Andrade refere que o resultado era previsível pelo que não valia a pena tanto trabalho e tanto papel.

4 - Nomeação dos representantes dos Partidos Políticos com assento na Assembleia municipal de Sines para integrar a Comissão Municipal de Toponímia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

O Sr. Presidente da Assembleia informou que cidadãos que integram a Comissão Municipal de Toponímia indicados pelas forças políticas na Assembleia Municipal são as seguintes: Pelo Sim Mara Saramago, pelo PS Carlos Rio Salvador, pela CDU José Eduardo Félix da Costa, pelo PSD João Miguel Rosado Figueiredo da Silva e pelo Bloco de Esquerda Carlos Malafaia.

Esta foi a indicação de cada um dos partidos, não tem votação, é só para a Assembleia ratificar estes nomes e se informar a Câmara Municipal de Sines, de que são estas pessoas irão vão integrar a Comissão. Não havendo oposição foram então ratificados os nomes indicados pelas várias forças políticas para integrar a Comissão Municipal de Toponímia.

5 - Análise e eventual aprovação do Mapa de Pessoal da AMAGRA e participação do Município de Sines nos respectivos custos.

Sr. Presidente da Assembleia, refere que esta Associação tem custos de funcionamento e enviou informação sobre o valor que cada município tem que pagar. Na parte que compete ao município de Sines são 8,341,13€ (oito mil trezentos e quarenta e um euros e treze cêntimos).

A Sra. Deputada Maria José Palmeira refere que em relação ao mapa de pessoal da AMAGRA qual a área de formação académica profissional da pessoa a contratar uma vez que não vêm no mapa, e quais são os critérios de recrutamento. Também não sabe porque razão sendo sete Municípios que integram a AMAGRA, com diferentes dimensões e população porque razão a divisão é por sete igualmente. Por exemplo o Concelho aqui do lado Santiago do Cacém, tem mais população do que Sines, logo a quantidade de lixo produzido é muito superior à do nosso Concelho. Porque não fazer uma divisão pela população.

O Sr. Deputado Luís Gil refere que em relação a esta questão é obrigado dizer que este senhor que eu não sei quem é, nem que formação tem, recebe mais de ordenado num ano do que a Junta de Freguesia recebe do orçamento geral de estado num ano. Também tendo em atenção que estamos em crise e o estado está em contenção de custos acho de facto um ordenado exagerado e vou votar contra.

O Sr. Presidente da Câmara entrevistou dizendo que quem está a representar o município é o Sr. Vereador Nogueira. No entanto é uma Associação de sete municípios, sendo cinco da CIMAL e os outros Aljustrel e Ferreira. Formou-se esta Associação para resolver problemas com os resíduos sólidos urbanos. Era preciso fazer um investimento de algum vulto e dar alguma estabilidade na gestão a esta associação tendo-se decidido na altura fazer uma candidatura a Fundos para fazer o centro de tratamentos de resíduos, que é em Ermidas, tendo-se agregado estes municípios que têm estatutos aprovados que definem todas estas regras.

Sobre o vencimento acho que é um técnico com responsabilidade na empresa e não me vou pronunciar sobre isso porque é uma questão analisada não apenas pelo conselho de administração mas também pelo município associados .

A questão que a Sra. deputada coloca sobre o critério de pagamento também foi analisado e chamo a atenção para não fazer uma análise tão linear porque o município de Sines produz tantos resíduos ou mais que alguns dos outros municípios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

A Cidade de Sines tem 90% da população e o Porto Covo tem 8% e à 2% no restante. Há uma produção de resíduos substancialmente diferente de outros municípios e também tem a ver com as distâncias porque trata-se dos equipamentos instalados e depois trata-se dos meios para os recolher e transportar e isto tudo está equacionado. Não é uma coisa feita em cima do joelho não é seguramente e chamo a atenção do Sr. Deputado Luís Gil, porque estas coisas são assumidas. As Câmaras votam primeiro e a Câmara de Sines aprovou este mapa e este orçamento e peço que todos assumam a responsabilidade perante isto. Pode-se questionar e haver uma declaração de voto sobre o que se considera ou não exagerado. Os vencimentos são uma questão de gestão pública deve ser transparente e do conhecimento de todos em particular dos autarcas mas creio que está aprovada em regulamentos está sancionada pelos respectivos conselhos de administração pela assembleia e conselho fiscal. As assembleias intermunicipais ou assembleias de cada município devem analisar e votar em consciência.

O Sr. Vereador António Nogueira informou os presentes sobre as verbas que foram divididas por todos os municípios baseado no que os Concelhos produzem sendo os resíduos pagos à tonelada. O lixo de cada Concelho é pesado e cada um paga aquilo que leva para lá. A Ambilital teve que fazer um reforço com umas linhas de tratamento novas estão a renovar a estação de tratamento e foi decidido por todos os municípios pagar de igual modo do investimento que se vai fazer. Em resumo cada um paga o que produz.

Sr. Presidente da Assembleia, refere que o documento apresentado à Assembleia é um orçamento e o que está indicado é que o salário que esta pessoa como secretário-geral da AMAGRA vai auferir durante o ano de 2010, um salário de 58.387,94 € dos quais a participação do município de Sines terá é de 8.341,13€. Portanto nós vamos votar a aprovação ou não pela Assembleia Municipal de Sines a participação do município que corresponde a pagar à AMAGRA o valor de 8.341,13 € em 2010.

A Sra. Vereadora Cármen Francisco refere que quando o Sr. Vereador diz que não é uma novidade no sentido que se calhar ainda não estamos habituados a estes mapas de pessoal anua. Antigamente tínhamos o quadro de pessoal era aprovado e até ser alterado vigorava. Com a nova legislação relativa aos contratos em funções públicas passa a haver mapas de pessoal anuais. Não sei quanto o Sr. Idalésio ganhava no ano passado mas provavelmente não há-de ser muito diferente do que vai ganhar este ano de 2011 e 2012 e 2013. Não é um cargo novo não é um vencimento novo.

Sr. Presidente da Assembleia, referiu não havendo mais intervenções vai-se passar à votação o mapa de Pessoal da AMAGRA, a proposta foi aprovada por maioria com 10 votos a favor do SIM, 7 votos a favor do PS, 1 voto contra do PS, 3 votos a favor da CDU, e 1 voto a favor do PSD.

6 - Análise e eventual aprovação do mapa de Pessoal da CIMAL e participação do Município de Sines nos respectivos custos.

Sr. Presidente da Assembleia, refere que é situação similar à outra só que tem a ver com a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral - CIMAL e tem o mapa de Pessoal anexo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

mostra os custos totais da CIMAL, sendo a estimativa com o pessoal para o ano de 2010 com total anual de 377.990.21€ a participação do Município de Sines seria de 75.600€..

Nenhum dos Srs. Deputados presentes entendeu usar da palavra.

Colocado à votação foi aprovado por unanimidade o mapa de pessoal da CIMAL.

7 - Apreciação da Actividade da Câmara Municipal, bem como da situação financeira relativa ao último trimestre do ano de 2009, nos termos da alínea j) e do nº1 do artº53 da lei nº169/99 de 18 de Setembro, republicada pela lei nº5 – A/2002 de 11 de Janeiro.

Sr. Presidente da Assembleia entendeu prestar um esclarecimento aos Srs. Deputados referindo que a informação do executivo da Câmara tem prazos para fazer a entrega da convocatória e os respectivos documentos. Quando foi elaborada a convocatória com a ordem de trabalhos não tínhamos a informação que chegou posteriormente e portanto o que se enviou foi similar ao entregue para a assembleia de 28 de Dezembro. O que temos para analisar se entenderem é o novo documento da análise financeira relativamente ao último trimestre do ano 2009. Está à consideração dos Srs. deputados se pretendem proceder à análise financeira que receberam.

O Sr. Deputado Carlos Silva refere que uma vez que não iremos apreciar a actividade da Câmara Municipal, com este documento só para a componente financeira não fazemos qualquer avaliação tanto mais que as contas apresentadas não são as contas ainda definitivas. Estamos a um mês de apreciar as contas do ano de 2009 nos quais inclui o último trimestre e portanto não fazemos nenhum comentário.

Todos os restantes representantes dos grupos políticos manifestaram idêntica posição.

8 – Análise de propostas e eventual adjudicação dos serviços de auditoria externa às contas do município

Sr. Presidente da Assembleia refere que este é um processo volumoso e o que foi enviado foi aquilo que se considerou importante e que são os documentos da análise das propostas para verem que foram seguidos os procedimentos que estão definidos na lei. Em termos práticos trata-se de uma adjudicação de um concurso que tem que vir à Assembleia Municipal para eventual aprovação.

A Sra. deputada Maria José Palmeira, mencionou que relativamente a este assunto gostava que o critério experiência fosse melhor explicado já que têm uma ponderação bastante elevada 60%. Já o outro critério da consulta, que é o critério da proposta economicamente mais vantajosa nada tenho a dizer. A diferença que separa as duas empresas na selecção é mínima e aquela que ganhou foi privilegiada e teve mais pontuação com a parte da experiência pelo que gostaria de ser esclarecida.

A Sra. Vereadora Carmem Francisco, refere que a vereadora Marisa Rodrigues teve que se ausentar por razões pessoais e não pode estar aqui hoje. Não conheço o processo deste ano. Posso dizer que esta questão de experiência também foi debatida na reunião de Câmara. À quem entenda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

que a experiência não deve ser um critério neste tipo de concurso uma vez que quando estamos a convidar equipas à partida já se pressupõe que estamos a convidar equipas que tem condições para realizar o trabalho. No entanto este trabalho de revisão oficial de contas tem algumas características específicas desde logo embora não exista uma tabela de preços continua ainda a ser um código ético destas sociedades que o preço que apresentam é uma percentagem do valor das contas da entidade que é auditada. Não é muito comum haver grandes diferenças de preços nas propostas. A lei manda-nos consultar por menos três entidades e -nos submeter esse processo à aprovação da assembleia municipal. Portanto não podemos escolher directamente. Não posso responder exactamente como o júri classificou a experiência mas o objectivo da Câmara quando põe experiência não é experiência em auditoria, porque à partida as empresas convidadas estarão todas em condições de fazer este trabalho, é a experiência em auditorias a contas de entidades públicas e municípios porque a nossa contabilidade segue o plano oficial de contabilidades das autarquias locais que tem especificidades e portanto não é indiferente se a sociedade auditou ou não os municípios ou entidades que aplicam POCAL. Como sejam Associações de Municípios ou empresas intermunicipais e portanto a experiência tem que ver com esse critério. A sociedade que tem sido seleccionada e foi proposta este ano tem no seu quadro uma pessoa que tem um doutoramento que é o único doutoramento no país em contas das autarquias locais. Isto para nós é relevante, significa que a pessoa que vai fazer o trabalho sabe melhor o que está a fazer.

A Sr. Deputada Maria José, refere que compreende esse critério não estava explícito nos critérios gerais e sendo assim essa empresa já estava em vantagem já havia conhecimento da parte da Câmara dessa pessoa e possivelmente essa empresa já tinha sido pré seleccionada por ter essa pessoa com o doutoramento.

A Sra. Vereadora Cármen Francisco respondeu à Sra. Deputada Maria José Palmeira. que as empresas constam do processo e nos currículos das empresas são indicadas exactamente quais foram as entidades públicas que foram auditadas e como disse não sei como o júri avaliou mas deverá ter avaliado assim e não em função naquilo que conhece da senhora. Por acaso soube por um representante da direcção da Sociedade dos Revisores Oficiais de Contas que ela tinha um doutoramento e esse era um factor que na Câmara não era conhecido mas está no currículo da empresa.

O Sr. Presidente da Câmara, explicou aos Srs Deputados, que este processo não é obrigatório para a Câmara mas no entanto a Câmara desde à três a esta parte recorre a este processo para serem auditadas as contas e à forma como as coisas são tratadas contabilisticamente. Neste processo queremos duas coisas: queremos que na Câmara se faça um bom trabalho e também ao mesmo tempo colher alguns conhecimentos. Estes processos tem estas duas vertentes que é analisarem a contabilidade os processos de gestão financeira da Câmara e chamar atenção digamos ensinar ou contribuir para que a Câmara e os seus serviços corrijam progressivamente as formas de trabalhar pelo que nesta questão não é indiferente a opção.

A Sra. Vereadora Carmem Francisco, explica aos Srs deputados que o convite foi enviado às empresas e só não respondeu antes porque precisou entretanto de verificar o processo. Os critérios de adjudicação foram enviados com a consulta para as empresas tendo em conta os segundos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

factores de adjudicação: experiência 60% e preço 40%. Portanto eram conhecidos das empresas que foram convidadas.

O Sr. Presidente da Assembleia, dirigiu-se aos Srs. deputados questionando se queriam intervir.

Colocada à votação a proposta de adjudicação da auditoria às contas do Município à empresa L. Graça, R. Carvalho & M. Borges, SROC, LDA empresa indicada pelo júri do concurso foi a mesma aprovada por maioria com dez votos a favor do Sim, oito votos a favor do PS, com três votos a favor da CDU, um voto a favor do PSD, e uma abstenção do BE.

9 - Análise e eventual aprovação da alteração ao nº1 do art.º 2º dos Estatutos da AMAGRA

O Sr. Presidente da Assembleia informou que este ponto não foi incluído na ordem de trabalhos para esta assembleia. No entanto foi solicitado pelo executivo devido à sua importância para o município a inclusão deste assunto para decisão pela Assembleia e tem que ver com a alteração de do nº1 do art.º 2 dos estatutos da AMAGRA que é a mudança da sede para o largo Manuel Sobral no edifício do GAT 7570-132 Grândola Freguesia e Concelho de Grândola.

Este documento não foi distribuído trata-se somente do que foi referido pelo que se irá colocar à votação a sua inclusão na ordem de trabalhos. Colocado à votação foi aceite a sua inclusão na ordem de trabalhos.

Questionados os Srs. Deputados não houve intervenções.

Colocou-se de seguida à votação tendo sido aprovado por unanimidade a alteração do ponto nº1 do art.º 2, dos estatutos da AMAGRA.

10 - Análise e eventual aprovação do Regulamento de Taxas do Município de Sines”

Passou-se então ao novo ponto 10 da ordem de trabalhos tendo o Sr. Presidente da Assembleia, passado a palavra para a bancada para que os Sr. deputados pudessem intervir.

O Sr. Deputado Carlos Silva, informou que iria fazer uma declaração em relação **este** ponto e que seria simultaneamente a declaração de voto do **Partido Socialista em relação a este ponto tendo** passado a ler

A Câmara Municipal por imposição legal têm que apresentar um regulamento de taxas, quer dizer não se trata de uma alteração ao regulamento existente mas sim um novo regulamento baseado numa regra legal que impõe a definição das taxas de acordo com o real custo a serem imputados. No regulamento apresentado pela estrutura municipal foi seguido um dos múltiplos modelos possíveis como se pode aliás ver em comparação com outros regulamentos já aprovados noutros municípios.

Estamos nesta altura perante um novo quadro político e é esta circunstância que tornou possível a aceitação da proposta de alteração que fizemos no quadro da discussão pública mas sobretudo na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

reunião de câmara fossem considerados. De facto desde a aceitação da rectificação de algumas taxas ou imprecisões existentes ou até à adopção da nossa proposta de harmonização da forma de justificar cada taxa se verificou. Verificou-se de facto uma abertura às propostas do Partido Socialista que conduziram mesmo à redução significativa de taxas que consideramos excessivas e injustificadas das quais destacamos o pedido de parecer prévio de obras, o licenciamento de obras particulares sem informação prévia e outras.

Apesar de esta não ser a proposta do Partido Socialista torna-se possível ao Partido Socialista com o seu habitual sentido de responsabilidade viabilizar este novo regulamento através da abstenção na votação por esta assembleia. Recomendamos que o executivo promova a monitorização da aplicação deste regulamento e aprove na sua vigência um relatório sobre a sua aplicação para que se for considerado inadequado se processar aos respectivos ajustamentos que a sua aplicação justifique.

O Sr. Deputado Ferreira da Costa referiu que o regulamento apresentado foi um trabalho da Câmara de dois ou três anos e das sucessivas dificuldades de muitas câmaras por o governo protelar o prazo de entrar em vigor destes regulamentos.

Pela primeira vez as taxas fixadas neste regulamento estão fundamentadas e não como era anteriormente em que as pessoas se queixavam que aumentavam sem ser fundamentadas. A legislação actual obriga que os municípios fundamentem o que ao longo destes anos não conseguiram pelo que é complicado ir ao pormenor. Este é um trabalho muito meritório para além de que também sei que o Sr. deputado Carlos Silva, manifestou o contributo do Partido Socialista e é assim que deve ser para que haja mais aproximação e mais pessoas tenham mais responsabilidades públicas e da parte do Movimento SIM concordamos com esta proposta de regulamento.

Sr. Presidente da Assembleia referiu na sequência que o Sr. deputado Carlos Silva disse relativamente a este regulamento e naquilo que me diz respeito como deputado municipal direi que quando foi feito a contribuição do PS todas as pessoas contribuíram para isso e é o que está escrito e também o que algumas pessoas da população nos falaram. Relativamente ao documento é de reconhecer de facto que o executivo levou em linha de conta aquilo que foi sugerido pelo partido socialista ou tenha vindo directamente da população. Levou em linha de conta tudo isso e nesse sentido seria um regulamento que eu aprovaria. Mas temos que recuar a uma outra assembleia em que fiz uma pergunta muito directa que tinha a ver com a questão da contabilidade analítica da Câmara sendo-me respondido que a Câmara não tem contabilidade analítica que lhe permitisse fundamentar a composição dos mapas que aqui estão, tirando os custos directo que são aqueles tem a ver com o atendimento das pessoas e dos processos. Todas essas questões têm um tempo, tem um custo mas os outros custos que tem a ver com fornecimentos e serviços externos, amortizações e custos financeiros é difícil para quem não tem uma contabilidade analítica organizada poder assumir ou definir que são custos imputados a cada um destes pontos do regulamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

Por outro lado a maior parte dos artigos tem o quadro com as componentes variáveis e é aqui que do meu ponto de vista está a incoerência. Dizer num artigo que se pretende incentivar e noutro dizer que se pretende desincentivar, é pouco coerente. Outro aspecto importante é a questão do fecho das ruas pois quando alguém pretende fechar uma rua para obras não está definido como vai funcionar, e gostava que o Sr. Presidente da Câmara me explicasse como será, se a pessoa vai à Câmara tirar uma licença, não sei se tira por meia hora por uma hora ou uma semana depois é necessário fiscalizar e não sei se isso irá acontecer porque o que está acontecer hoje em Sines na Zona Histórica em que uma pessoa sai a qualquer hora do dia vai para passar por uma rua e as placas de trânsito proibido ou as cancelas são usadas de forma discricionária e porque quem quer que seja, ou vamos onde estão a fazer a colocação de condutas do gás e está mais uma rua fechada.

Como é que a Câmara quer fazer a cobrança do fecho das vias se deixar em mãos de particulares fecharem as ruas quando querem. Quem é que salvaguarda o interesse dos munícipes se pretenderem circular na via se a Câmara deixar ao critério de quem está a fazer uma obra. Esta é uma preocupação que tem a ver com o funcionamento do trânsito dentro da cidade que gostaria de ver esclarecida.

O Sr. Presidente da Câmara relativamente ao que diz o Sr. Deputado Ferreira Costa que de facto este foi um trabalho longo e exaustivo, feito por uma empresa competente e pela primeira vez está tudo fundamentado com o rigor possível e tentando ser justos no tratamento das coisas. É claro que o processo não é fácil de explicar mas pela primeira vez há um regulamento com anexos, com lógicas sustentadas e a Sra. Vereadora Cármen, responsável pelo este trabalho ao logo do tempo, irá dar respostas possíveis às questões colocadas.

A Sra. Vereadora Cármen Francisco, explica que vai ser breve devido ao adiantado da hora mas ainda assim fará o enquadramento deste trabalho. Este é um documento muitíssimo relevante para a Câmara e para o Município e munícipes. Já foi dito aqui que os municípios foram obrigado pela lei nº53/E de 2006 a adaptar os regulamentos de taxas ao regime fixados nessa lei inicialmente até 31 de Dezembro de 2008. Depois esse prazo foi prolongado até ao final de 2009 e finalmente pela lei 107/2009 foi prolongado até ao dia 30 de Abril de 2010 que é a data limite.

Em conformidade com o que estava disposto neste regime a Câmara Municipal iniciou um trabalho das taxas no início do ano 2008 em conjunto com os municípios de Odemira, Grândola, e Alcácer do Sal, através da Associação de Municípios do Litoral Alentejano e portanto estes quatro municípios adoptaram dentro de entre outras existentes a mesma forma de fundamentação das taxas. Quando começamos este trabalho não havia um único regulamento publicado e por isso como tínhamos dificuldades encomendámos à empresa intermunicipal Regi que por sua vez contratou a outra empresa que fez a fundamentação económica e financeira e a proposta de regulamento foi elaborada por uma empresa de advogados.

Durante o ano de 2008 foi feito um trabalho exaustivo de levantamento de todos os custos tendo sido tudo contabilizado. Não será ao rigor porque não temos contabilidade de custos verdadeiramente implantada mas foi feito um trabalho exaustivo e na própria fundamentação se diz que o trabalho feito é ele próprio um contributo para a implantação da contabilidade de custos da Câmara Municipal de Sines.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

A partir deste levantamento foi então montado um modelo que permitiu calcular um valor de cada taxa em função do procedimento dos serviços intervenientes e dos tempos gastos que nos permite assegurar que foi cumprido que aquilo que a lei tem no número quatro que é o princípio da equivalência jurídica ou seja o valor das taxas deste regulamento foi fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não ultrapassa o custo da actividade pública local ou benefício aferido pelo particular.

Em Novembro de 2009, a Câmara aprovou a proposta do regulamento e tabela geral e foi submetida à apreciação pública por um período alargado até 10 de Fevereiro. Foram directamente consultadas por nós a Associação Empresarial de Sines, que se pronunciou, a Associação de Comercio de Serviços do Distrito de Setúbal que não se pronunciou, pronunciaram-se ainda dois particulares, uma empresa e o próprio Partido Socialista. O relatório da apreciação pública creio que tenha sido disponibilizados aos Srs. deputados e puderam dele verificar que muitas das questões levantadas como já aqui mencionado levaram à correcção do documento. Foi submetido à reunião de Câmara de 3 de Março e sofreu ainda algumas alterações resultantes de lacunas que os serviços também detectaram nesse período de consulta pública.

Como também já foi mencionado nesta reunião foi aceite as propostas de alteração relativamente às três taxas mencionadas pelo Sr. Deputado Carlos Silva, ainda que a Câmara pudesse sustentar que aquele valor estava devidamente fundamentado, mas estamos num processo democrático e temos que ouvir outras opiniões.

A Câmara decidiu aceitar e isto significa que este documento foi fruto de um trabalho exaustivo que eu reportaria de grande qualidade, foi discutido e foi adaptado em função desta discussão pelo que eu diria que está em condições de merecer à aprovação desta Assembleia Municipal.

Sobre a questão do encerramento de vias apenas a solicitação dos em qualquer encerramento de rua é feito um pedido prévio à Câmara é apreciado a pertinência, a relevância e a possibilidade de aprovação do encerramento da rua e ela é fiscalizada. Temos um corpo de quatro fiscais municipais e o Sr. José Vítor que é fiscal de obras. São só cinco pessoas mas felizmente o município não é grande e à um esforço de acompanhamento que eu creio que será melhorado por este regulamento, até por não temos anteriormente taxas nenhuma taxa para encerramento de rua. A partir de agora permite-nos por exemplo no caso detectar uma infracção ser instaurado um processo de contra-ordenação que implica o pagamento de uma coima por não ter sido licenciado o fecho da rua, é uma forma de dissuadir as pessoas que cometem essa infracção.

Não conseguiremos estar em todas as situações mas a definição destas taxas é um passo. Quando se encerra a rua á uma identificação da taxa, é fixado o pagamento da taxa que levou ao encerramento daquela rua e isso permite-nos a qualquer um de nós saber se está licenciado ou não, os mecanismos estão todos a ser implantados.

O Sr. Deputado Eduardo Pires acrescentou mais uma coisa ao que disse Sra. Vereadora e que dizer ao Sr. Presidente da Assembleia. Ninguém fecha ruas à toa, à um procedimento que quem quer fechar uma rua ao trânsito tem que pedir à Câmara, se não o fizer sujeita-se a uma coima e não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010 Sessão Ordinária 12.03.2010

è a Câmara que levanta mas autoridade policial a GNR. Quando se fecha uma rua ao trânsito tem que ser comunicado à GNR e aos Bombeiros por uma questão de segurança. Quando à intervenções que obrigam a períodos muito prolongado os moradores daquela rua ou ruas contíguas são informados por guia entregue pessoalmente e também no site da Câmara.

Quando à um condicionamento de transito à sempre uma alternativa salvo na Zona Histórica que é muito complicado por as ruas serem muito estreitas não permitem dois sentido de transito mas não à ninguém que fecha ruas ao trânsito sem comunicar à Câmara. Vou dar como exemplo a obra que está decorrer na rua Marquês de Pombal com a rua João Soares. Fazem pedidos antecipados de uma semana e depois é lógico não vão fechar os dias inteiros, fecham quinze ou trinta minutos e às vezes pode acontecer que os cidadão comum vai a passar e está fechado. Esse incómodo não podemos evitar, é temporário e limitado e agora começa a ser pago o que permite que seja a Câmara a levantar o auto de notícia e receber as coimas, o que até agora só era punido pelo código da estrada e o produto dessa coima não era receita da Câmara.

A Sra. Deputada Cátia Salgado refere que em relação ao encerramento das ruas acredito que informem a Câmara mas de facto a rua em frente às Finanças está fechada à um ano e meio.

A Sra. Vereadora Cármen Francisco, explica à Sra. deputada Cátia Salgado que se trata de uma ocupação de via publica por obras e não enquadra esta figura do encerramento da rua. Foi permitido fechar metade dessa rua porque aquela obra não seria possível realizar sem ocupação da via pública, não tem outra forma de ser feita, e portanto aí a Câmara pesa os diversos interesses em presença e entendeu que se justifica o fecho temporariamente. Ainda que seja temporário o tempo em que esteja encerrado aquele pedaço de via pública será devidamente pago porque é ocupação de via pública por motivos de obra. Essa é uma taxa que já existia no regulamento.

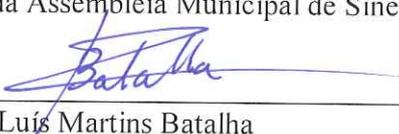
O Sr. Presidente da Assembleia, perguntou aos Srs deputados se pretendiam fazer mais alguma intervenção e não havendo passou-se à votação do Regulamento de Taxas do Município de Sines, que foi aprovado por maioria com dez votos a favor do SIM, sete abstenções do PS, três abstenções da CDU, uma abstenção do PSD e uma abstenção do BE.

Não houve interesse do público presente em intervir neste período final, como define o regimento.

Nada mais havendo a tratar foi dado por terminada a Assembleia Ordinária de doze de Março dois mil e dez eram 00.15 horas da qual se elaborou a presente acta.

Sines, 12 de Março de 2010

Presidente da Assembleia Municipal de Sines


José Luís Martins Batalha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 01/2010
Sessão Ordinária
12.03.2010

1º Secretário


Fernando Miguel Ramos

2ª Secretária



Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo